

“Senhores, meu Governo ganha hoje dois novos e valiosos colaboradores: o senador Iris Rezende, como ministro da Justiça, e o deputado Eliseu Padilha, como ministro dos Transportes. Suas Excelências pertencem a um partido que faz parte da história das lutas pela democratização do País. Ambos têm experiência administrativa e política. O doutor Padilha, além de deputado federal, foi secretário de Estado no Rio Grande do Sul e prefeito municipal. O doutor Iris Rezende é liderança nacional: duas vezes governador de Goiás, senador da República e ministro pela segunda vez. Bem-vindos à equipe, senhores ministros. Confio nos serviços que prestarão ao Governo e ao Brasil.”

Ministro Eliseu Padilha, Vossa Excelência, na pasta dos Transportes, levará adiante uma parte substancial do ambicioso programa “Brasil em Ação”, que, cada vez com mais clareza, mostrará uma nova feição do nosso País. Vossa Excelência, ministro Iris Rezende, à frente da pasta da Justiça, terá um papel fundamental, tanto na articulação com os Poderes Legislativo e Judiciário quanto na execução de medidas que, nos limites da lei, e sempre respeitando os direitos humanos, coibam abusos e mantenham a ordem democrática, essencial ao bem-estar do nosso povo.

Senhores ministros, nossos compromissos com a democracia e o bem-estar do povo brasileiro não são de ontem. São de toda uma vida. Hoje temos uma oportunidade única de colocar a força desses compromissos a serviço do Brasil. Desde que o presidente Itamar Franco me nomeou ministro da Fazenda, venho empenhando todas as minhas

forças para recuperar a estabilidade no País. Estabilidade econômica e estabilidade política.

No plano econômico, os resultados estão à vista de todos. Inflação de menos de 10% ao ano. Crescimento contínuo pelo quinto ano consecutivo, desde 1993. Investimentos nacionais e estrangeiros em expansão. Nível de emprego estável. Setor agrícola saneado e em franca recuperação. E, sobretudo aumento dos salários reais, com significativa expansão do consumo popular e uma sensível redistribuição de renda. Desde o início do Plano Real, 13 milhões de brasileiros ultrapassaram os níveis de pobreza. A recuperação da estabilidade econômica se fez sem recessão e com muita liberdade, respeitando os direitos de todos e sem jamais arranhar a democracia.

De uns tempos para cá, no entanto, tenho visto com indignação o comportamento cada vez mais ofensivo de setores inconformados, no fundo, com sua própria falta de alternativas às nossas políticas. Parece que meu apego ao diálogo e meu amor à liberdade têm sido confundidos, por esses setores, com sinais para que as virtudes republicanas sejam atacadas. Tenho sido paciente e tolerante, porque é do meu feitio e porque é dever de quem tem mandato do povo para governar o País. Mas o limite

da paciência e da tolerância é a democracia. A democracia exige respeito e ordem. Sem ordem legítima, não há democracia.

As invasões repetidas de prédios públicos e de propriedades particulares são ações coordenadas com objetivos políticos que constituem abusos antidemocráticos. Vêm se amuando incitamentos à desordem, inclusive por parte de lideranças nacionais de alguns movimentos que suscitariam simpatia da sociedade.

não fosse sua agora óbvia vinculação político-sectária. Isso é grave. E tanto mais grave quanto o Governo tem estendido as mãos e proposto negociações democráticas. A onda premeditada de violência e anarquia não é apenas um atentado contra a democracia. É um atentado contra a esperança do povo brasileiro, que está fundada na estabilidade econômica, mas também na estabilidade política. A sociedade brasileira exige um basta a este clima de baderna. A sociedade não quer a desordem. Pedras, paus e coquetéis molotov são argumentos tão poucos válidos quanto as baionetas. Só que menos poderosos. O país cansou desses abusos. Os responsáveis pela ordem pública devem ser sensíveis a este cansaço. De minha parte, como democrata, tenho o dever de impedir que a desordem corrompa a liberdade.

Se houver algum membro do Governo envolvido neste episódio (compra de votos), será demitido. Não creio nisto. Seria uma decepção

Não faltarei ao meu dever, como sei que o ministro Iris Rezende não faltará ao dele. Dentro da lei. Mas sem hesitação.

Em outro plano, mas no fundo respondendo ao mesmo espírito de não aceitação da vontade majoritária do País, as vozes mais estridentes das oposições se aproveitam da falta de decoro de uns poucos parlamentares para tentar paralisar o Congresso e o Governo, com suspeitas e insinuações. Qualquer

versário insinua ou supõe, sem ao menos ter tido a coragem de dizer “eu acuso”. O descrédito recairá sobre os verdadeiros culpados de tanto dano à moral republicana, e não sobre o Governo.

O Congresso agiu bem ao não paralisar a ação legislativa ao mesmo tempo em que cumpre o dever de apurar as denúncias. Para assegurar a estabilidade, o crescimento e a melhora das condições de vida dos brasileiros, precisamos manter a confiança em nós mesmos e no País. É preciso, mais do que nunca, que a maioria que nós apóia, no Congresso e na sociedade, reaja com convicção e com argumentos. Convicção e argumentos não têm faltado ao Governo. Apoio no Congresso tem havido. Ainda ontem, o Senado aprovou em primeiro turno a emenda da reeleição.

Conto com o mesmo apoio para levar adiante as reformas necessárias para a continuidade do Plano Real.

Não temo pelo meu Governo. Disponemos de instrumentos suficientes para, responsávelmente, manter nossa economia no rumo certo. Como eu sempre disse, os efeitos das reformas da administração e da Previdência serão lentos. Não visam a beneficiar este Governo, mas a garantir o futuro do País. Sem as reformas, não haverá horizonte estável para o crescimento econômico e

o bem-estar da sociedade, porque o desequilíbrio fiscal, no decorrer do tempo, limitará nossas possibilidades de expansão.

A História cobrará daqueles que, por sectarismo político ou por acomodamento em desistir da luta, vierem a impedir que as reformas prossigam. O futuro do País, neste aspecto, está nas mãos do Congresso e dos partidos que compõem a maioria no Congresso. Cabem aos partidos a responsabilidade - e tenho a expectativa de que não faltarão a ela - de votar as emendas constitucionais propostas e as leis necessárias para que o Real continue como âncora do bem-estar do povo.

Vossas Excelências, senhores ministros Iris Rezende e Eliseu Padilha, são homens de partido que se juntam ao Governo para ajudar o País. Nossa pátria tem rumo. Tem um Governo que diz o que pensa, que nasceu das urnas, com programa aprovado pelo eleitorado. Por isso mesmo o Presidente lhes fala hoje de coração aberto. Os legítimos acordos políticos com os partidos atuantes no Congresso foram feitos pensando sempre na viabilização das reformas, no progresso do Brasil e no bem-estar dos brasileiros. Não em interesses menores ou pessoais. De agora em diante, não apenas eu, meus ministros e líderes precisaremos insistir. Cada setor político há de responsabilizar-se perante o povo e a História pelos votos proferidos. Agradecendo a presença de todos, digo aos brasileiros que continuaremos firmes, serenos, confiantes na força das nossas propostas. Sem jamais perder de vista que o horizonte deste país é de grandeza”